
Modos de explicar o Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger

Carlos Sávio Teixeira

Carlos Sávio Teixeira

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua na Graduação em Ciências Sociais e na Pós-Graduação em Ciência Política e coordena o Laboratório de Alternativas Institucionais. É Doutor em Ciência Política pela USP. De 2007 a 2009 exerceu o cargo de Assessor Especial do Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Resumo

O artigo analisa as visões do sociólogo Florestan Fernandes e do filósofo político Roberto Mangabeira Unger acerca do Brasil. Na introdução propõe uma categorização da inteligência brasileira em três grandes correntes de pensamento – o Liberalismo Culturalista, o Estruturalismo Sociológico e o Construtivismo Institucional – a partir da qual enquadra, nas duas seções seguintes, as explicações de Florestan Fernandes e de Roberto Mangabeira Unger sobre o Brasil, enfatizando tanto os seus diagnósticos dos problemas e possibilidades do país, como também os projetos políticos ensejados explícita ou implicitamente por suas perspectivas. A do sociólogo paulista centrada na compreensão das vicissitudes que o capitalismo obriga os países de desenvolvimento retardatário a atravessar, especialmente os de revolução burguesa tardia, enquanto que a do filósofo brasileiro radicado nos Estados Unidos centra-se na avaliação da enorme vitalidade, ainda em boa medida desperdiçada, que caracteriza o Brasil.

Palavras-chave: Liberalismo culturalista. Estruturalismo sociológico. Construtivismo institucional. Florestan Fernandes e Roberto Mangabeira Unger.

Abstract

This article analyzes the views of the sociologist Florestan Fernandes and political philosopher Roberto Mangabeira Unger about Brazil. In the introduction, a categorization of the Brazilian intelligence into three major schools of thought is proposed – Cultural liberalism, Sociological structuralism, and Institutional constructivism – from which the explanations of Florestan Fernandes and Roberto Mangabeira Unger are framed in the two following sections, emphasizing both their diagnoses of the problems and the country's possibilities and the political projects explicitly or implicitly targeted by their prospects. The one by the sociologist from São Paulo focused on understanding the vicissitudes that the capitalism obliges countries of belated development to experience, especially those of late bourgeois revolutions, while the Brazilian philosopher settled in the USA focuses on the assessment of the enormous vitality, still largely wasted, which characterizes Brazil.

Keywords: Cultural liberalism. Sociological structuralism. Institutional constructivism. Florestan Fernandes and Roberto Mangabeira Unger.

O pensamento político-social brasileiro tem três grandes perspectivas de explicação do Brasil. As duas primeiras, predominantes hoje na academia e na mídia, são o liberalismo culturalista e o estruturalismo sociológico, dominado pelo esforço de aplicar os ensinamentos da teoria social – sobretudo a europeia – ao Brasil. O terceiro paradigma é o construtivismo institucional, que marcou o surgimento e o desenvolvimento do trabalhismo histórico brasileiro. Embora cada uma dessas categorias indique uma unidade de elementos capaz de formar um conjunto coerente, deve-se observar também o seu caráter relativo, já que alguns pensadores integrantes de cada uma destas correntes podem frequentar uma espécie de zona fronteira dessas categorias.¹

O liberalismo culturalista tem duas versões nativas: a psicossocial, que advoga a tese do personalismo como elemento fundamental de nossa ordem social e a institucional, a qual sustenta que o maior problema do país é o seu patrimonialismo endêmico organizado em torno do estamento burocrático que controla o Estado e através dele mina a capacidade de livre desenvolvimento do mercado entre nós, tal como teria ocorrido, por exemplo, nos Estados Unidos. A base dessa visão é a de que a nossa formação histórica foi dominada por uma herança de ideias, práticas e instituições advindas do mundo ibérico que precisam ser removidas. Na programação político-institucional, a sua inspiração é o federalismo de cepa norte-americana e o constitucionalismo, tendo a questão da representação política e da autonomia da chamada sociedade civil contraposta ao Estado como seus eixos basilares.²

Já o estruturalismo sociológico tem como sua principal ambição explicar o advento da ordem social capitalista e sua estruturação no Brasil. Ele sempre foi dominado pela tradição marxista e sediado fundamentalmente em São Paulo. A sua principal tarefa analítica centrou-se no esforço de revelação da dinâmica de nossa penosa revolução burguesa. Um de seus desdobramentos tem sido uma sociologia que se ocupa fortemente da denúncia dos processos de exclusão social derivados da forma de organização e funcionamento da sociedade de classes no Brasil. O seu programa político-institucional oscila entre a proposta de revolução e de democracia social sem, contudo, ser capaz, como seus congêneres europeus, de escapar do estatismo e do corporativismo como os arranjos institucionais que, na prática, acabam traduzindo suas ideias abstratas como a de socialismo.³

A terceira grande corrente de pensamento de nossa tradição intelectual, o construtivismo institucional, teve desde sempre como foco de atenção analítica o processo de constituição da nação – partindo da crítica das instituições e práticas transplantadas em uma sociedade oligárquica e insolidária –, propondo a superação do colonialismo mental por meio de um método de compreensão da relação entre ideias e instituições para uma sociedade ainda subdesenvolvida. No programa político institucional, o acento na anterioridade das liberdades civis em face das liberdades políticas e a reorganização do capitalismo brasileiro como meio de construir a nossa civilização foram a sua marca em um primeiro momento, cuja natureza autoritária foi aos poucos sendo suplantada por uma perspectiva baseada na democratização socioeconômica como forma de mudança social.⁴

Entre as três visões sobre o Brasil desenvolvidas a partir e ao longo de mais ou menos o último século e meio, há um compartilhamento, parcial e distinto em termos de ênfase, na crítica ao liberalismo culturalista por parte dos estruturalistas sociológicos e construtivistas institucionais. De maneira sumária, pode-se apresentá-la da seguinte maneira: do ponto de vista explicativo, a tese central do liberalismo culturalista não se sustenta, pois é impossível afirmar que uma sociedade fundada em práticas sociais e institucionais pré-modernas tenha conseguido criar uma ordem social economicamente dinâmica cuja escala se tornou a sétima no ranking que mede o tamanho do PIB no mundo. É evidente que para alcançar um resultado desses há o predomínio de uma lógica eminentemente moderna na hierarquia organizadora das instituições capaz de influenciar o comportamento das pessoas. Por outro lado, se é verdade que os problemas nacionais brasileiros não estão vinculados ao atraso, não é menos verdade que ao lado dos Estados Unidos somos a sociedade moderna mais desigual que se conhece e que, portanto, não será com a importação de arranjos institucionais e legais como os que definem a base da sociedade norte-americana que vamos enfrentar este problema.

Colocado desta maneira, interpreto que tanto o estruturalismo sociológico como o construtivismo institucional se fundam numa crítica ao ideário interpretativo ainda dominante sobre o Brasil e propõem uma explicação alternativa sobre a formação histórica do país e de seus desafios contemporâneos. Mas cada uma destas correntes de pensamento

percorre caminhos analíticos bastante distintos que, por sua vez, levam a programas políticos também diferentes, embora possam de maneira geral ser associados a um campo ideológico mais amplo que contempla algumas convergências. Três elementos demarcam a fronteira entre o estruturalismo sociológico e o construtivismo institucional:

1. A maneira como enfrentam a relação entre o entendimento do existente e a imaginação do possível.
2. A maneira como concebem a política e as suas possibilidades.
3. A maneira como lidam com as conquistas intelectuais representada pelo advento da teoria social no século XIX.

O objetivo deste artigo é analisar como as obras de dois representantes de nossas tradições intelectuais, Florestan Fernandes e Mangabeira Unger, articulam e expressam o temário explicativo e propositivo do estruturalismo sociológico e do construtivismo institucional, respectivamente. Para atingir o seu intento, o texto se divide em três partes, além desta introdução. Na primeira, passa em revista os traços essenciais da visão de Florestan Fernandes sobre o Brasil. Em seguida se debruça sobre os aspectos centrais da visão de Mangabeira Unger a respeito da sociedade brasileira. E, por último, nas considerações finais, discute algumas implicações práticas e políticas das perspectivas analisadas, lembrando sempre que Fernandes e Unger tomaram literalmente partido na vida brasileira, o primeiro um dos principais formuladores do Partido dos Trabalhadores – tendo sido inclusive deputado constituinte em 1988 – e o segundo um crítico histórico do partido que o levou duas vezes à condição de ministro de Estado.

Um materialismo histórico brasileiro: a sociologia de Florestan Fernandes

A principal obra de Florestan Fernandes é *A revolução burguesa no Brasil* que, além de conter a sua explicação mais abrangente a respeito do Brasil, é também a mais característica representante do estruturalismo sociológico, tanto em termos de suas possibilidades quanto de seus limites heurísticos. Neste livro tem-se, de um lado, a narrativa do processo sociopolítico de passagem do regime estamental ainda no Império para a “ordem social competitiva”, uma mudança que, ao invés de ensejar uma

luta aberta entre os grupos senhoriais dominantes no antigo regime e os burgueses, acaba por gerar uma espécie de acomodação na qual a nascente burguesia compartilha, por mais tempo do que se supõe para um “vencedor”, o poder com os herdeiros do latifúndio escravocrata. De outro lado, uma vez estabelecido, após lenta travessia entre regimes, o capitalismo em sua forma monopolista, a única maneira que este regime encontrou para administrar a sua dominação de classe teria sido o autoritarismo político.

No enredo principal de “nossa revolução”, a fase inicial foi marcada pelo advento do capitalismo comercial e da centralização administrativa do Estado que marcaram definitivamente a modernização do país a partir do processo de independência em 1822. A descrição analítica dessa mudança estrutural casada à mudança institucional começa na quebra do pacto colonial e da paralela organização do Estado nacional, acompanhado pela urbanização. Isso porque, embora o sistema colonial tivesse ligado ao centro dinâmico do comércio internacional, a lógica funcional da relação econômica privilegiava os interesses metropolitanos para onde afluíam a riqueza produzida. A alteração desta lógica, operada pela independência, é uma das consequências da revolução burguesa.⁵

Mas esta constatação colocou uma das questões teóricas mais importantes da interpretação de Florestan: A revolução burguesa no Brasil foi obra da ação do burguês ou de um “espírito do capitalismo” burguês? Numa das mais penetrantes passagens do livro do grande sociólogo paulistano, a qual vale a longa citação, lê-se o seguinte:

Tratava-se, antes, de uma congêrie social, que duma classe propriamente dita. Aliás, até a desagregação da ordem escravista e a extinção do regime imperial, os componentes da “burguesia”, viam-se através de distinções e de avaliações estamentais. Um comerciante rico, mas de origem plebeia, não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de ‘família tradicional’. Contudo, o que unia os vários setores dessa congêrie não eram interesses fundados em situações comuns de natureza estamental ou de classes. Mas a maneira pela qual tendiam a polarizar socialmente certas utopias. Pode-se avaliar esse fato através do modo pelo qual os diversos setores dessa ambígua e fluida “burguesia”, em formação iria reagir: 1) às ocorrências de uma sociedade na qual imperava a violência como técnica de controle do escravo; 2) aos mores em que se fundavam a escravidão, a dominação senhorial e o próprio regime

patrimonialista; 3) à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. [...] Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos 'brancos' e para 'os brancos': combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1976, p. 18-19).

Para Fernandes, as raízes da sociedade altamente dinâmica do ponto de vista econômico e radicalmente irresponsável do ponto de vista social, como é a brasileira ainda no início do século XXI, estão localizadas na forma de processamento de nossa revolução burguesa: ela nunca foi capaz de olhar para o horizonte democrático, como o fizeram, segundo ele, as experiências similares da Europa e até certo ponto a dos Estados Unidos. A estratificação das ideias liberais no Brasil foi capaz de inspirar a superação lenta do antigo regime, mas jamais havia se preocupado em traduzir em políticas de enfrentamento da profunda desigualdade social herdada do regime escravocrata: daí que nosso liberalismo culturalista sempre esteve muito mais preocupado com a reforma política do que com a reforma social.⁶ A despeito de sua completa insensibilidade social para com o destino da massa de escravos libertos jogada ao léu após a abolição, ao ajudar na derrubada do antigo regime, a febre ideológica criada pela “utopia liberal” logrou instituir mudanças legais e estipular requisitos funcionais da ordem social na qual “a necessidade de adaptar a dominação senhorial a formas de poder especificamente políticas e organizadas burocraticamente não teria produzido os resultados reconhecíveis, se o horizonte cultural médio dos ‘cidadãos de elite’ não absorvesse ideias e princípios liberais” (FERNANDES, 1976, p. 46). Portanto, a emergência da “ordem social competitiva” abriu caminho para, mesmo que “molecularmente” e de forma “encapuzada”, o desenvolvimento de estímulos positivos do mercado, como a luta pelo reconhecimento meritocrático, o que para uma figura com a biografia de Florestan poderia significar uma espécie de libertação.⁷ Mas no fundo, esta questão tinha um significado político não automático, pois ela se colocava por meio da “incorporação pelo viés socialista de certos temas do pensamento liberal, a saber, uma ordem social em que os mecanismos de organização e funcionamento dos processos sociais assegurem

a possibilidade de acesso universal a meios, recursos e instrumentos” (COHN, 1986, p. 135).⁸

Uma das questões mais importantes e mais problemáticas da teoria social é sua compreensão acerca de como ocorre a relação entre a estrutura das sociedades e as suas instituições eminentemente políticas. A descrição feita por Florestan desta relação no processo de emergência e expansão do capitalismo monopolista no Brasil exemplifica o problema: para ele, tendo em vista a natureza dependente do desenvolvimento de nossa economia de mercado, a burguesia nativa não tinha alternativa a se tornar sócia menor do capital internacional e buscar uma forma “autocrática” de administração dos conflitos resultantes de sua atuação econômica, ao contrário das revoluções burguesas típicas que desembocaram em regimes liberal-democráticos.⁹

Esse tipo de aporia não é incomum no plano da teoria social em suas análises das consequências institucionais causadas pelas mudanças estruturais. No pensamento de Marx, por exemplo, o objetivo do conceito de capitalismo é vincular um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade a um conjunto de instituições e mostrar que estas instituições são a condição necessária e suficiente para aquele desenvolvimento das forças produtivas. Mas para explicar o resultado do desenvolvimento das forças produtivas nestes termos, a concepção de Marx precisaria ser ao mesmo tempo muito mais concreta e muito mais pluralista: necessitaria imaginar que as estruturas são capazes de serem divididas e recombinadas segundo uma quantidade “infinita” de formas. Uma vez que se concebem as estruturas desta maneira, não se pode mais imaginá-las como produto de leis de desenvolvimento.¹⁰

Algo muito semelhante ocorre com a explicação de Florestan acerca da incapacidade de nossa burguesia realizar plenamente, enquanto classe liderante, um projeto de afirmação de um capitalismo autônomo.¹¹ Ora, se as condições sistêmicas, por assim dizer, eram desfavoráveis, como esperar que a burguesia fosse capaz de mudar o quadro? Neste ponto, a análise de Florestan parece ter sido influenciada pela visão de seu discípulo Fernando Henrique Cardoso a respeito da relação entre dependência e desenvolvimento na América Latina, revelando no fundo que a sua avaliação da burguesia brasileira converge para a mesma teoria da fraqueza nacional de Cardoso – que, no caso, não apenas a formulou

intelectualmente como praticou durante os oito anos (1995–2002) em que foi presidente do Brasil.

Se, por um lado, análises do processo de modernização da sociedade brasileira como o que foi levado a cabo por Florestan têm o mérito de jogar por terra as ilusões de um paradigma como o liberalismo culturalista e sua tese acerca da herança ibérica como causa fundamental de nossos males endêmicos e de sua necessária remoção por meio da importação das instituições “corretas” do Atlântico Norte, por outro, exemplificam os limites da perspectiva baseada na teoria social.¹² Não obstante os seus percalços, como a afirmação da impossibilidade de a burguesia brasileira aceitar a democracia sem pôr em xeque a sua existência como classe, o esforço explicativo contido em *A revolução burguesa no Brasil* significou um avanço também em relação a um institucionalismo míope que domina hoje a ciência política no Brasil e no mundo, no qual a relação entre instituições e estrutura é completamente ausente, como se a política fosse uma atividade autônoma da sociedade e de seus condicionantes de classe como a forma de dominação dela derivada.¹³

De todo modo, o legado intelectual da principal figura de nossa sociologia ilustra bem a posição do estruturalismo sociológico no panorama do pensamento brasileiro: explica adequadamente uma parte da realidade do país, aquela marcada pela instituição do capitalismo – de um tipo cuja marca é a maior desigualdade social (ao lado dos Estados Unidos) em uma sociedade moderna. Mas que para realizar a sua grande conquista analítica, perdeu de vista a compreensão da política como construção institucional a partir dos materiais produzidos pelas variações e contradições que a operação da ordem social necessariamente gera: isso desautoriza, portanto, toda ideia de completo acoplamento sistêmico. Afinal, na sociedade, ao contrário da natureza, o “circuito” nunca se fecha totalmente.¹⁴

As dificuldades analíticas da dimensão institucional da política, do tipo desta preconizada pela grande construção intelectual de Florestan, acabam influenciando a ação política, quando esta de alguma forma é produto da metabolização das ideias resultantes da análise. Este foi, particularmente, o caso da repercussão dos escritos sociológicos e ensaísticos de Florestan Fernandes que – além de deputado constituinte em 1988 e dedicado publicista com profícua participação na imprensa – alcançou uma intensa interface com a vida intelectual e partidária no PT. Obviamente

é muito difícil estabelecer em que medida precisamente ocorreu a estratificação das ideias de Florestan nos rumos e decisões partidárias. Independentemente desta possibilidade de investigação, que não está no horizonte deste artigo, a demarcação de um campo de compartilhamento de ideias a respeito das concepções programáticas sobre o universo econômico e político da sociedade brasileira, entre Florestan e sua atuação pública como membro de um partido, é possível. Assim, as imensas dificuldades do PT, ao longo de seus quatro mandatos à frente do governo central, para praticar inovação institucional com vistas a enfrentar os nossos graves problemas estruturais, como o abandono secular de significativa parcela dos brasileiros a uma vida empobrecida material e espiritualmente, devem ser compreendidas como o produto de um empobrecimento programático resultante do predomínio, no campo progressista, da visão do estruturalismo sociológico no debate público nacional.

Da crítica ao colonialismo mental à percepção da vitalidade: a filosofia política brasileira de Mangabeira Unger

Roberto Mangabeira Unger é, provavelmente, o intelectual brasileiro de maior projeção no mundo hoje. Autor de uma obra, ainda em progresso, cuja abrangência cobre temas variados de inúmeras disciplinas como Direito, Sociologia, Economia, Ciência Política e Filosofia, o professor da Universidade de Harvard desde o início dos anos 1970 e hoje ministro de Assuntos Estratégicos do governo brasileiro, tem tido a sua trajetória marcada por uma constante preocupação com o Brasil.¹⁵ Neste particular, a sua atenção à realidade nacional se inicia pelo esforço de avaliação da disposição política e mental do país. Dela decorre a interpretação de Unger sobre o “paradoxo” central do Brasil. Para ele, um dos atributos mais salientes de nossa realidade é a sua “assombrosa vitalidade”. Uma vitalidade que tem manifestações econômicas, sociais e culturais.

Será a partir desta constatação que Unger começará a sua compreensão de que o problema de fundo do país é ter se colocado numa espécie de camisa de força de ideias, de instituições e de práticas que suprimem essa vitalidade ao invés de instrumentalizá-la, muito embora sustente que esse arranjo bloqueador, a despeito da reprodução da desigualdade que também singulariza o Brasil, não mitigou a imensa energia criativa

e empreendedora que surge de baixo para cima em quase todos os domínios no país. Essas constatações geraram uma análise sociológica da realidade brasileira.¹⁶ Nela sobressai a convicção de que o enigma brasileiro aparece na sua forma mais concentrada na maioria desorganizada – não só dos trabalhadores, mas também de parte da própria classe média – que forma o país. E mais: em sua visão não é possível construir uma solução para o enfrentamento da desigualdade social e organização da vitalidade desperdiçada sem romper com a lógica dominante e perversa que tem orientado a sociedade brasileira que é a de uma confederação de minorias organizadas, sustentada pela aliança de *lobbies* e de interesses sectários.¹⁷

No caso específico da situação brasileira, o ponto fundamental é a grande divisão econômica e social que se perpetua. Na visão de Unger, o dualismo econômico é uma forma de divisão profunda do país em dois mundos distintos, porém perfeitamente integrados.¹⁸ Por isso, “os adjetivos ‘moderno’ e ‘tradicional’ não traduzem a gravidade dessa separação entre dois mundos sociais. Dão a falsa impressão de que se trata de dois setores situados numa linha evolutiva quando, na verdade, coexistem e se perpetuam reciprocamente” (UNGER, 1990, p. 348). Uma das consequências econômicas desse dualismo é o aprofundamento crescente da distância entre as duas partes.¹⁹ Socialmente, essa situação engendra uma ação do Estado que, “por um paradoxo que não se tem devidamente apreciado, o dualismo deixa suas marcas na própria estrutura assistencialista: muitos dos nossos programas de previdência social e ajuda médica dividem-se entre os que se dirigem aos trabalhadores do setor moderno e os que sobram para os outros”, tornando a situação ainda mais dramática, na visão de Unger, porque “tragicamente para o país, as principais doutrinas *progressistas* desenvolvidas ou adotadas no Brasil tomaram o dualismo por dado, quando não contribuíram para fortalecê-lo” (UNGER, 1990, p. 350). Esse é o caso das interpretações marxistas ortodoxas e do “obreirismo paulista” que desaguaram no programa do PT.²⁰

Para Unger, a reflexão sobre a sociedade brasileira com seus quadros interpretativos que se fundamentam em matrizes teóricas que, de alguma forma, abraçam tendências fatalistas, ajuda a compor essa circunstância de inibição programática dos *progressistas*. Do ponto de vista da ressonância política das interpretações do Brasil pelos nossos estudos sociais,

as duas vertentes mais influentes atualmente são as ciências sociais de cepa norte-americana e o marxismo de origem europeia. São elas que, de uma maneira geral, informam as categorias do debate sobre as possibilidades futuras da nação. O tipo de análise preconizada pelo pensamento de Unger diverge dessas duas tradições. Para ele, essas formas de análises sociais, aparentemente contraditórias, quando tratam de explicar o país, concordam no essencial: “Advogam em favor do destino. Geram narrativas fantasmagóricas que apresentam as atribulações do Brasil ora como o preço da convergência ao caminho único dos países ricos, ora como fardo que a história ou o capital obriga países atrasados a carregar” (UNGER, 2001b, p. 101). Para se compreender o significado político da diferença entre esses estilos de reflexão, característicos do liberalismo culturalista e do estruturalismo sociológico, e o postulado por Unger, tome-se o exemplo do debate sobre mudança institucional.

O seu pressuposto básico vincula-se à sua visão acerca do que define o impulso vital de toda ordem social. Para ele, a sociedade – e especialmente aquelas que, como a brasileira, ainda não ostentam elevado grau de cristalização institucional – constitui uma espécie de campo de relacionamento em que agregados sociais, como instituições, têm suas formações garantidas pela regularidade, mas que não existem como entidades constitutivas do sistema social. A sociedade é algo em permanente formação, capaz de tanto se fossilizar quanto de se abrir a novos processos. Assim, a noção de “alternativa” é um momento estratégico permanente de vivência humana, não um termo de retórica política:

o movimento browniano da vida social – o surgimento da oportunidade desestabilizadora a partir de método de estabilização – oferece a ocasião para influências que deem forma à mudança de contexto. Essas influências, trabalhando em conjunto ou em oposição, respondem por uma possibilidade notável. Contextos [...] variam quanto à força com que aprisionam as pessoas que se movem dentro dele (UNGER, 2001a, p. 181).

O quadro atual em que progressistas atuam seguindo um figurino conservador é resultado da adesão a noções sistêmicas como as que se referem ao conceito de modo de produção, tipo capitalismo e socialismo. Nesta perspectiva, a verdadeira mudança é a revolução, entendida como a substituição de um sistema por outro. Na impossibilidade dessa substituição, restaria aos progressistas apenas procurar os meios com que

amenizar os efeitos sociais da desigualdade gerada pelo capitalismo. Do ponto de vista econômico, isso se dá por meio da regulação do mercado e do ponto de vista social por meio de políticas compensatórias como os programas de redistribuição de renda. Ambos não têm a menor condição de mexer com o fundo causal de nenhuma sociedade. O máximo que conseguem são pequenos ajustes.

Para entrar no debate a respeito de mudanças estruturais sem depender de mudanças sistêmicas é preciso entender que as estruturas são divisíveis e que mudam por um processo de renovação fragmentária e cumulativa, isto é, pela prática daquilo que Unger chama de “reformismo radical e revolucionário”. Esse movimento promove a quebra do clássico antagonismo entre reforma e revolução, já que o experimentalismo institucional pode ser radical, a ponto de transformar as estruturas fundamentais da sociedade. Por isso seu caráter revolucionário. Mas fazê-lo, operando com uma parte dessa estrutura de cada vez. Daí seu caráter reformista. E por isso mesmo não podem ser instâncias ou exemplos de tipos recorríveis de organização social.²¹

A partir do momento em que se compreende a estrutura de uma sociedade desta maneira, o debate sobre as alternativas institucionais sobe ao primeiro plano e permite que se enxergue de maneira completamente diferente a questão do agente social e político prioritário numa determinada circunstância, assim como a política pública pode ser percebida como um instrumento de mobilização de energias para a capacitação ao invés de mero recurso de compensação. Neste particular emerge uma das discussões mais fecundas das análises de Unger sobre o Brasil contemporâneo. Para ele o fenômeno social e político mais importante surgido no país nos últimos 50 anos foi uma mudança na sua estrutura de classes na qual uma pequena burguesia empreendedora e uma nova classe trabalhadora – designada por ele de “batalhadores” – se tornaram os agentes com o maior potencial transformador de nossa sociedade.²²

Entretanto, compreende que os horizontes moral e político destes grupos requerem reorientação na medida em que sofrem do egoísmo familiar típico do ideal clássico pequeno burguês, assim como do compartilhamento de uma “teologia da secessão”, em que imaginam ser capazes de criarem contramundos marcados pela cultura da autoajuda e de iniciativa desligados do mundo maior, numa versão popular da postura

antipolítica de parte da classe média tradicional. Mas para Unger (2010), ao contrário do que dizem os adeptos da teoria social, o destino destes grupos não está predeterminado. Na sua ótica cabe aos progressistas ir ao encontro deste universo e lhes propor outro ideário composto por alternativas institucionais tanto ao corporativismo e ao assistencialismo de esquerda quanto ao individualismo materialista de direita.

Estas questões ficam mais claras quando tomamos como exemplo a relação entre a estrutura de classes no Brasil e o perfil dos beneficiários dos programas de transferência. Ao se observar os dados recentes a respeito da evolução da renda e de seus componentes, verifica-se o seguinte: na base da pirâmide social, entre os mais pobres, houve um crescimento da renda, sem que este crescimento tenha relação com trabalho. Entende-se que a maior parte desse crescimento se deve aos programas de transferência de renda. Mais adiante, no gráfico de evolução da renda, houve um crescimento menor, mas uma proporção muito maior desse crescimento devido à renda do trabalho. Essa constatação empírica inspirou uma conjectura causal: entre o núcleo duro da pobreza, de um lado, e a pequena burguesia empreendedora, de outro, haveria um grupo intermediário, os “batalhadores”. Esse grupo social seria composto basicamente por pessoas que surgem no mesmo meio pobre do núcleo da pobreza, mas que devido a razões especiais responderam às duríssimas circunstâncias coletivas às quais estão submetidas e conseguiram iniciar seu autorresgate. Esta hipótese a respeito da estrutura de classes inspirou em Unger uma sugestão programática: o desdobramento capacitador dos programas de transferência teria de ter em vista essa diferença entre a massa pobre e esse grupo chamado de “batalhadores”.²³

De acordo com a conjectura ungeriana o equívoco comum que se comete entre os progressistas é dirigir os programas de capacitação aos mais pobres. Embora seja compreensível pensar que a capacitação deva começar pelos mais carentes, a lógica da política não deve ser a mesma da caridade. Numa perspectiva de mudança política da estrutura social, os programas de capacitação teriam que começar não pelos mais carentes, mas pelos relativamente menos carentes, que funcionariam como uma espécie de vanguarda da massa mais pobre. Nesta forma de raciocinar, os agentes não são percebidos estaticamente. Portanto, tendo em vista o conjunto de inibições sociais e culturais da maioria pobre beneficiária

dos programas de transferência, não funciona uma iniciativa direta de capacitação. A primeira coisa a fazer é assegurar que o Estado consiga assumir algumas das funções das famílias desestruturadas e adensar o sistema de assistência social. Já os “batalhadores” seriam os alvos naturais dos programas de capacitação, na medida em que já demonstraram que são resgatáveis. Uma orientação política pautada pelo objetivo de instrumentalizar a vitalidade, ao invés de compensar retrospectivamente e de maneira marginal os efeitos da desigualdade, tem chances de mudar o fundo causal da sociedade e mexer com as consciências dos brasileiros.

O projeto intelectual e político de Unger é uma das versões mais comprometidas com a radicalização democrática dentro do construtivismo institucional brasileiro. Embora preocupado com um dos temas principais desta corrente de pensamento, a construção do projeto de um Estado Nacional capaz de civilizar o Brasil, a sua perspectiva se afasta daquelas fundadas no autoritarismo político e no dirigismo tecnocrático que supõem uma vanguarda esclarecida que constrói um aparato estatal forte e usa-o para definir uma trajetória independente do país.²⁴ O cerne do esforço ungeriano está na dialética entre a construção de uma forma de sociedade que tem como objetivo principal acelerar e generalizar a inovação – entendida como a transformação do poder imaginativo no mecanismo central da sociedade – e a criação de um indivíduo, cidadão e trabalhador, capaz de engrandecer-se.

Considerações finais

A impressão que deixam as biografias intelectuais de Florestan Fernandes e Mangabeira Unger é a de que para explicar o Brasil não basta escrever livros. É preciso articular os conhecimentos adquiridos pelas análises e reflexões ao mundo prático e à ação. Florestan levou ao limite a influência tanto da teoria social como das demais disciplinas que procuram estudar a organização e o funcionamento das sociedades, sem conseguir se livrar por completo da restrição imposta pela dificuldade destes meios intelectuais para representar de maneira crível a relação entre estruturas e instituições. Para a maior parte da teoria social, as instituições são uma espécie de epifenômeno da estrutura. Embora haja diferenças no grau de determinação da estrutura sobre as instituições para cada uma das

escolas que representam o núcleo estratificado deste campo de saber, o figurino não muda no essencial. Mas Florestan, justamente por levar tão a sério os ensinamentos de Marx, não deixou que a atividade científica o esterilizasse politicamente: talvez por isso tenha escrito de maneira tão entusiasmada a apresentação da primeira edição brasileira do livro *Que fazer?*, de Lênin. Nela manifesta enorme fascínio pela centralidade que o grande bolchevique dispensara a temas relativos à organização e a estratégias de ação coletiva de instituições como sindicatos e partidos. Foi como compreendeu o meio de transformar a mobilização popular em base de força transformadora da sociedade brasileira.

Mangabeira Unger é um apóstolo da ideia de completa abertura da história para o novo e um dedicado militante contra as noções de sistema e metaestrutura com que o grosso do pensamento moderno tentou enxergar a realidade social e histórica. Uma das principais características de seu empreendimento analítico está na ênfase no estudo das instituições e a discussão sobre a formulação de alternativas institucionais para o Brasil. A importância prática deste foco é evidente: as soluções para os grandes problemas brasileiros passam por inovações institucionais. Não se pode inferir o conteúdo de tais inovações de abstrações conceituais como democracia, mercado, capitalismo ou socialismo. As opções institucionais decisivas situam-se num nível de concretude que tais abstrações não alcançam. Não menos importante, embora menos evidente, do que o alcance prático deste tema é sua importância teórica. As instituições e o debate sobre as alternativas institucionais ocupam, como sabemos, lugar precário no pensamento social contemporâneo. Tratar das instituições é abordar a organização construída da sociedade – construída, acima de tudo, na forma detalhada e miúda dos arranjos legais – sempre marcados pela presença de variações e contradições que a definem. Em qualquer domínio do pensamento, compreender um conjunto de fenômenos é entender aquilo em que se podem transformar tais fenômenos em determinadas condições. Esse tem sido o *leitmotiv* do pensamento de Unger e sua relação com o Brasil.

Notas

- ¹ Para um esforço de categorização geral do que chamou de “linhagens do pensamento político brasileiro”, no qual o que “interessa é investigar a existência dessas ‘famílias intelectuais’ no Brasil, reconhecer suas principais características formais e escavar sua genealogia”; para entendermos que “estamos diante de formas de pensar que contêm modelos de sociedade e de estado distintos e práxis relativamente diferenciadas, e não apenas de autores isolados e ideias arbitrárias, não só de diferenças de estratégia em função de objetivos que todos compartilham – como sua demonstração, longe de adiar, exige a intervenção generalizadora”, ver Brandão (1997, p. 21-76).
- ² Esta corrente de pensamento é integrada por autores como Tavares Bastos, Rui Barbosa, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Roberto DaMatta. Para uma exposição sistemática a respeito desta tradição intelectual, com o acento na dimensão liberal, ver Vianna (1997). Para uma crítica relativa ao déficit sociológico deste paradigma explicativo do Brasil e suas consequências ideológicas, ver Souza (2009, pt. 1), texto no qual, inclusive, está estabelecida corretamente a centralidade da obra de Gilberto Freyre para esta tradição intelectual, embora ele, ao contrário de toda essa tradição altamente desconfortável com a ideia de o Brasil não ser parecido com a Inglaterra ou a França, tenha uma visão positiva acerca das possibilidades de uma contribuição brasileira à civilização ocidental.
- ³ Os principais nomes desta corrente são Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e, num nível abaixo de abstração e generalização teóricas, a maior parte da sociologia *uspiana* de Fernando Henrique Cardoso a Francisco de Oliveira, passando por Octavio Ianni, Maria Sílvia Carvalho Franco e Francisco Weffort. Recentemente, esta perspectiva sofreu uma revitalização com os estudos teoricamente inovadores do sociólogo Jessé Souza que, inspirado em figuras como Pierre Bourdieu e Charles Taylor, vem desenvolvendo uma hermenêutica para compreender a estrutura social de sociedades periféricas como a brasileira, marcada por extremas desigualdades. Para uma análise das consequências políticas desta perspectiva em termos universais, ver Teixeira (2013)
- ⁴ Esta é a corrente de pensamento com o maior grau de heterogeneidade tanto ideológica quanto metodológica. Fazem parte dela figuras como Oliveira Vianna, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro, Mangabeira Unger. Uma maneira de compreender a ligação entre estes autores é observar que tanto no diagnóstico dos problemas brasileiros, em que nenhum deles enxerga o “capitalismo” como uma metaestrutura como o faz o estruturalismo sociológico, quanto na proposta de ação política, também nenhum deles se deixa seduzir completamente por abstrações conceituais e ideológicas como o fazem o liberalismo culturalista e o estruturalismo sociológico, ambos vidrados nas doutrinas europeias prestigiosas do século XIX. Oliveira Vianna foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho de Vargas e nesta condição o principal formulador do arranjo institucional que regula até hoje as relações entre capital e trabalho no Brasil. Celso Furtado não só foi o

primeiro ministro do planejamento da história do Brasil durante o governo de João Goulart, como o formulador de seu famoso plano trienal. Ignácio Rangel foi assessor de Vargas e sua tese sobre o dualismo da economia e da sociedade brasileira foi contestada por autores do estruturalismo sociológico. Guerreiro Ramos foi deputado federal pelo PTB, sendo cassado em 1964. Darcy Ribeiro foi ministro da Casa Civil do governo João Goulart e o grande formulador das políticas públicas dos governos de Brizola no Rio de Janeiro. Mangabeira Unger dirigiu a FEEM (instituição responsável por menores infratores) no governo Brizola e foi o principal formulador dos programas de governo da candidatura de Brizola nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. Para uma exposição clássica da primeira fase deste pensamento, ver Santos (1978), especialmente os capítulos 1 e 2. Para uma crítica desta visão, entendida como veículo de uma nociva ideologia de estado, ver Lamounier (1985).

⁵ Neste ponto vale ressaltar uma comparação entre Florestan e Caio Prado Jr., o seu predecessor no esforço de explicar o surgimento do capitalismo no Brasil numa perspectiva estruturalista sociológica, cuja ênfase recaiu no caráter extrativista do regime colonial, constituindo-se num dos principais fatores do baixo dinamismo de nosso capitalismo. Já Florestan, “sem negar que a conservação do ‘atraso’, da dependência externa, da ‘selvagem’ exploração do trabalho, do ‘autocratismo’, gera importantes determinações específicas de nosso moderno capitalismo [...] resalta também os traços *novos* que o capitalismo introduz na vida social brasileira”, possibilitando com isso que “a ‘imagem do Brasil’ elaborada pelo nosso marxismo dê um significativo passo à frente” (COUTINHO, 2000, p. 254).

⁶ Neste ponto não deixa de ser curioso que o Partido dos Trabalhadores, que se intitulava um partido socialista, tenha aderido à “campanha” do liberalismo culturalista em prol da reforma política e, durante os seus mandatos à frente do governo central, tenha realizado políticas sociais compensatórias – cujo efeito sobre os abandonados de nossa revolução burguesa foi positivo – sem ter, entretanto, proposto nenhuma reforma estrutural com a intenção de reverter algumas das consequências de “nossa revolução” excludente. O caso, talvez, mais eloquente seja o da situação de forte precarização da maior parte dos trabalhadores brasileiros para o qual o PT jamais apresentou qualquer projeto que não seja a defesa dos direitos adquiridos no período do Trabalhismo Histórico.

⁷ Florestan Fernandes foi um sobrevivente da sociedade de classes brasileira. Filho de uma empregada doméstica, jamais conheceu o pai, trabalhou como engraxate quando criança e como garçom na adolescência, tendo completado os estudos antes de ingressar na universidade em curso secundário precário destinado aos pobres. Foi um típico “batalhador” de que fala Mangabeira Unger (2010). Para se travar contato com uma análise do processo de formação intelectual de Florestan, ver Garcia (2002).

⁸ Por isso, “como ele muitas vezes testemunhou nas suas reflexões autobiográficas, tem todos os motivos para ser sensível às potencialidades produtivas da competição e da busca vigorosa, quando não até agressiva, da imposição dos méritos próprios [...] e na sua vida profissional sempre incentivou os seus discípulos e seus companheiros de trabalho a competir, a

entrar em confronto, para que pudessem apurar as suas condições, os seus méritos pessoais” (COHN, 1986, p. 136).

⁹ Neste caso é possível encontrar dentro da própria tradição marxista em que se apoia Florestan fortes argumentos contrários à sua formulação: “A Alemanha e o Japão, por exemplo, embora não fossem países dependentes, experimentaram vias ‘não clássicas’ para o capitalismo, marcadas também, pelo menos durante um longo período, pela construção e preservação de estruturas políticas abertamente ditatoriais; além disso, embora em ambos os casos estivéssemos diante de capitalismos ‘tardios’, isso não impediu que Alemanha e Japão se tornassem, por sua vez, países imperialistas” (COUTINHO, 2000, p. 256).

¹⁰ Dentro da tradição marxista ocorreram tentativas de controlar estas aporias. Uma é a tentativa de tornar a dialética entre estrutura e instituições mais política e mais pluralista, sobretudo pela “ideia de trajetórias múltiplas de transformação”. Nesse caso, em vez de haver um só caminho para o capitalismo ou do capitalismo para o socialismo, haveria vários. Em decorrência torna-se necessário dar mais relevo às formas de consciência e organização social e de política que explicariam a diversidade destas trajetórias, apesar de manter, contudo, a narrativa geral da sequência dos modos de produção. O problema é que esta pluralização das trajetórias nunca parece ser suficiente para explicar o que acontece. À medida que se explica adequadamente por que ocorreu uma trajetória em vez de outra – por que, por exemplo, na França e nos Países Baixos se consolidou uma agricultura em escala familiar, em vez da agricultura concentrada da Inglaterra – a narrativa geral funcionalista das sequências dos modos de produção se torna supérflua. Parece que a tentativa de alcançar o realismo explicativo leva a uma desintegração progressiva do sistema teórico. Um dos significados práticos desta dificuldade para a teoria social é a sonegação do espaço para a imaginação institucional.

¹¹ Conforme se lê na seguinte passagem: “O significado histórico-sociológico dessa transição é evidente. A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições com que se defrontava – com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas às pressões desencadeadas, a partir de dentro e a partir de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operavam em outra escala, a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista” (FERNANDES, 1976, p. 260).

¹² Gabriel Cohn, em sua precisa análise conceitual da construção metodológica do livro *A revolução burguesa no Brasil*, captou com agudeza os desafios do uso da teoria social em um empreendimento como o de Florestan. Analisando o modo como ocorre o relacionamento entre a dimensão da ação e a das condições estruturais no bojo das quais atuam os agentes, ele adverte: “No caso das estruturas (e a mais abrangente é a sociedade toda) a coisa é mais complicada. Aqui a questão é a de reconhecer um *tipo* de estrutura. É como se a sociedade fosse observada como algo em construção, com sua armação básica já definida. [...] A ideia subjacente é que, dada uma certa linha de desenvolvimento, a tendência é ir até o fim, até incorporar o conjunto de traços que define um tipo (a ordem social competitiva, digamos)” (COHN, 1999, p. 410).

¹³ Aqui vale lembrar outro livro de Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, uma obra-prima sociológica, em que ele mostra como os efeitos da estrutura social da escravidão marcam de maneira implacável o futuro, sombrio, dos negros libertos. Florestan revela com exemplar acuidade como mecanismos estruturais entranham a ação social de indivíduos: “A tese de Florestan é a de que a família negra não chega a se constituir como uma unidade capaz de exercer as suas virtualidades principais de modelação da personalidade básica e controle de comportamentos egoísticos. Existe aqui, neste tema central da ausência da unidade familiar como instância moral e social básica, uma continuidade com a política escravocrata brasileira que sempre procurou impedir qualquer forma organizada familiar ou comunitária da parte dos escravos. É a continuidade de padrões familiares destrutivos que é percebida, corretamente, por Florestan, como o fator decisivo para a perpetuação das condições de desorganização social de negros e mulatos” (SOUZA, 2003, p. 156). Sem os atributos adquiridos pela socialização familiar a grande maioria dos negros e mulatos foi excluída da participação na ordem social competitiva.

¹⁴ Essa dificuldade de análise dos fenômenos sociais politicamente orientados, típica de boa parte da Sociologia, é atestada por quem se propõe levar à frente, reformada, a agenda de Florestan: “Com efeito, a percepção das relações sociais como permeadas pelas relações de poder, a apreensão genética e não formalista destas constituem a força e a fraqueza da análise de Florestan, pois não há como negar que a densa rede que esta sociologia tecia continha nós suficientemente genéricos por onde por vezes escapava o fazer político e as instituições. Tal carência de mediações se manifesta, por exemplo, em sua visão algo ligeira no ‘nacional-desenvolvimentismo’, em alguma minimização da experiência democrática de 1945-1964, nas passagens em que está perto de admitir que a ditadura militar, ao propiciar a unificação de todas as frações burguesas e ao revelar a até então incompleta ou mascarada essência autocrática do regime burguês, pode constituir a forma política adequada da autocracia; e de um modo geral, em sua concepção do período ‘atual’ da dominação burguesa como ‘contrarrevolução permanente’” (BRANDÃO, 2007, p. 167).

¹⁵ O conjunto da obra de Unger comporta três grandes planos que busca formar um sistema de pensamento: o primeiro é o filosófico, o segundo é o da teoria social e o terceiro, o da política. No primeiro plano, ele radicaliza uma tendência filosófica que afirma a ideia de que o novo é possível, o tempo é real e a história é aberta. Essa tendência existe desde a filosofia medieval e tomou várias formas no pensamento moderno desde o historicismo até o pragmatismo. No segundo plano, o da teoria social, há uma interpretação das sociedades e de suas instituições conectada a uma interpretação da personalidade humana e de suas experiências. Do ponto de vista normativo, as obras políticas são uma tentativa de criticar e de transformar a teoria social de um lado e o pensamento de esquerda de outro, radicalizando as concepções que lhe parecem mais fecundas na tradição do pensamento moderno. Do ponto de vista explicativo, a noção de que a sociedade é uma construção e não um fenômeno natural e determinado. E do ponto de vista programático, a ideia de que o objetivo dos progressistas não é a busca por mais igualdade, mas o engrandecimento das pessoas comuns e a intensificação da vida cotidiana. O terceiro plano da obra

– o político – decorre das consequências práticas da maneira de pensar a respeito da natureza profunda da experiência humana de engajamento no mundo e das ideias de sua teoria social. Para as correntes que dominaram o pensamento social, haveria basicamente duas formas de prática política: a reformista, que ocorre dentro do sistema, e a revolucionária, que substitui o sistema por outro. A essas duas práticas, Unger introduz uma terceira, que chama de “política transformadora”, que não é nem um reformismo convencional, nem a ideia explosiva de revolução baseada na substituição instantânea de um sistema por outro. Para ele, o que é fragmentário e gradualista no método pode se tornar revolucionário no desiderato: o que importa é a direção das mudanças e suas consequências, não a distância em que se processem a cada passo (TEIXEIRA, 2011).

16 A produção bibliográfica de Unger sobre o Brasil compõe-se de inúmeros artigos e entrevistas apresentados na imprensa ao longo de mais de 40 anos de intervenção no debate brasileiro e de quatro livros publicados que procuram dar conta, em momentos específicos da vida nacional, de sua compreensão dos limites e das oportunidades do país. Os livros sobre o Brasil mais importantes são *A alternativa transformadora: como democratizar o Brasil* e *A segunda via: presente e futuro do Brasil*. Em 1998, Unger iniciou contribuição regular ao jornal *Folha de S.Paulo* no qual manteve uma coluna semanal até a sua entrada como ministro no governo Lula em junho de 2007.

17 Essa visão a respeito do Brasil explica em parte as opções políticas concretas de Unger: por que, por exemplo, ele sempre rejeitou partidos e movimentos que se apresentavam como porta-vozes das minorias organizadas corporativistas e que, ao mesmo tempo, imaginavam essas minorias organizadas como os representantes virtuais da maioria silenciada. Na verdade ele jamais se seduziu pela ideia de que os agentes da transformação fossem os setores organizados, supostamente formadores da base de uma esfera pública não estatal que, finalmente, energizaria nossa incipiente cidadania (UNGER, 1990, p. 53-62).

18 Nesse sentido, é possível imaginar a concordância de Unger com as críticas à centralidade que o tema do patrimonialismo ocupa em nosso atual debate. Para o filósofo brasileiro, o desafio político central do Brasil contemporâneo não é o “jeitinho brasileiro” – que pressupõe uma sociedade pré-moderna baseada em relações pessoais, cuja contrapartida institucional é o patrimonialismo e a corrupção – mas a construção de ordem institucional capaz de enfrentar problemas como a nossa abissal desigualdade social, naturalizada pelas explicações baseadas na ideia de uma herança histórica negativa ou nas consequências impeditivas de desenvolvimento próprias ao capitalismo. Para Unger, as condições para o enfrentamento de nossos principais problemas estruturais não só estão às mãos, como podem ser de rápido efeito (UNGER, 2001b).

19 De um lado, está o setor que tem acesso a capital, tecnologia, conhecimento, capacitação. Liga-se ao Estado e dele recebe recursos. Dele se nutre a minoria dos brasileiros. Ele se acha, sem sê-lo, a “locomotiva” do país. Do outro lado, está a parte que tem ou não tem precariamente acesso aos bens e direitos usufruídos pelo outro setor. A maioria dos brasileiros vive nessa parte do país: “À divisão social e econômica se sobrepõem divisões raciais e regionais que

multiplicam a distância entre os dois mundos” (UNGER, 1990, p. 349).

20 Unger se junta aos críticos de esquerda do PT que afirmam que o partido, trágico por abstrações ideológicas do século XIX, como o socialismo, nunca teve uma visão estrutural sobre a economia brasileira nem sobre as instituições políticas e suas alternativas. Nesse sentido, pode-se dizer que na economia essa deficiência levou à defesa do “microgandhiano” como alternativa ao capitalismo (que no governo Lula recebeu o nome de “economia solidária”) e na política a obsessão com a ideologia basista da participação, sem qualquer ideia a respeito da reorganização institucional da estrutura do poder, nos legou as experiências de neocorporativismo dos conselhos, orçamentos participativos e das conferências nacionais – que só evidenciaram o drama petista de querer ter um projeto alternativo e não conseguir formulá-lo (UNGER, 1994).

21 Num vigoroso ensaio sobre o pensamento de Unger, Perry Anderson desferiu críticas à maneira pela qual Unger articula a sua visão explicativa da estrutura social com seu projeto de reconstrução institucional. Reagindo ao que classificou como “indeterminação básica da ação política”, afirmou que “Unger consegue às vezes argumentar, com toda a aparência de seriedade, que seu programa deveria atrair igualmente conservadores, centristas, social-democratas e radicais” (ANDERSON, 2002, p. 192).

22 A estrutura social do Brasil hoje é composta por cinco classes definidas simultaneamente por uma posição distinta na divisão do trabalho e por uma orientação espiritual à sociedade e ao mundo: a classe média tradicional, a pequena burguesia empreendedora, o assalariado do setor intensivo em capital, os trabalhadores designados por Unger de “batalhadores” e a massa miserável que compõe a “ralé” estrutural.

23 O núcleo duro de miseráveis é composto por pessoas que estão cercadas por um conjunto de inibições familiares e culturais que dificulta a eficácia dos programas de capacitação. A experiência mundial de programas de capacitação dirigidos a essa classe social é desalentadora como mostrou o estudo de Galasso (2006).

24 São exemplos eloquentes desta vertente intelectuais como Francisco Campos, “o ideólogo do Estado Novo”, e Azevedo Amaral – o mais direto e impetuoso teórico de nosso construtivismo modernizador, cujo título de sua principal obra permite que se perceba, sem rodeios, o drama da questão: *O Estado autoritário e a realidade nacional*.

Referências

ANDERSON, Perry. A política do engrandecimento. In: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo et al. (Org.). *A inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COHN, Gabriel. A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 1999. v. 1.

COUTINHO, Carlos Néelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. In: CULTURA e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GALASSO, Emanuela. *With their effort and one opportunity: alleviating extreme poverty in Chile*. Washington, DC: World Bank, Development Research Group, 2006.

GARCIA, Sylvia. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*, v. 2: O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Sávio. A esquerda e as instituições: um problema teórico. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n. 114, 2013.

TEIXEIRA, Carlos Sávio. Uma filosofia política para a transformação. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2011.

UNGER, Roberto Mangabeira. *A alternativa transformadora: como democratizar o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1990.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Democracia realizada: a alternativa progressista*. São Paulo: Boitempo, 1999.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Política: os textos centrais*. São Paulo: Boitempo, 2001a.

UNGER, Roberto Mangabeira. Prefácio. In: SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

UNGER, Roberto Mangabeira. *A segunda via: presente e futuro do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001b.

UNGER, Roberto Mangabeira. 3 de outubro e o futuro do PT. São Paulo, *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, 1994.

VIANNA, Luis Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

DOSSIÊ